



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Tribunato Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 190171-3 - Comarca do Recife ✓

Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Agravada: Mércia Maria Martins Vieira.

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. AGRAVADA QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Precipitou-se a autarquia agravante em cancelar o benefício auxílio-doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade da obreira havia cessado, quando consta dos autos atestado médico em sentido contrário. 2. Embora o atestado juntado pela agravada seja firmado por médico particular e esteja em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário. 3. Prazo fixado para reabertura do benefício em tela que se mostra razoável, face seu caráter alimentar. 4. O pagamento de atrasados de benefícios previdenciários, que não sejam decorrentes de sentença transitada em julgado, dá-se na forma legal dos precatórios ou requisição de pequeno valor (rpv), jamais pela exigência de pagamento direto pela autarquia previdenciária. 5. Agravo parcialmente provido. 6. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 190171-3, acima mencionado, julgado em sessão realizada no dia 10/12/2009, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos dos votos, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 14 de dezembro de 2009


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Sabinato Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 190171-3 – Comarca do Recife
Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Agravada: Mércia Maria Martins Vieira.

RELATÓRIO

Adoto como relatório o da decisão interlocutória de fls. 252/253, acrescentando que fora concedida a suspensividade requerida apenas em relação à determinação do depósito imediato das parcelas atrasadas pela autarquia previdenciária, por ferir o regime do pagamento dos débitos judiciais pela Fazenda Pública.

Conforme certidão de fls. 265, decorreu o prazo legal sem que a agravada ofertasse contra-razões.

A douta Procuradoria de Justiça, em cota de fls. 272/273, eximiu-se de emitir parecer ante a ausência de interesse público que justifique sua intervenção.

Autos conclusos após redistribuição.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de novembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Salvador, Desembargador Ricardo Pass Barreto

Agravo de instrumento nº 190171-3 - Comarca do Recife

Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Agravada: Mércia Maria Martins Vieira.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que deferiu parcialmente a tutela perseguida, determinando que o agravante, no prazo de cinco dias, proceda à reabertura do auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor da agravada, com efeito retroativo a 27/02/09, efetuando no mesmo prazo o depósito das parcelas atrasadas.

Em suas razões de fls. 04/19, alega o agravante que a decisão impugnada pecou nos seguintes termos:

1-) determinou o pagamento, sem precatório ou rpv expedidos em ordem cronológica, dos valores atrasados, ferindo ordem constitucional inserta no art. 100 da CF/88;

2-) estendeu o benefício do auxílio-doença acidentário durante a tramitação do processo, contrariamente a parecer médico especializado que entendia haver cessado a causa que ensejou a concessão do benefício;

3-) concedeu o exíguo prazo de cinco dias para determinar que o INSS cumpra as decisões judiciais, sob pena de multa, quando o próprio texto legal reconhece que os entes públicos necessitam de um maior tempo para executar suas tarefas;

Aduz ainda que, no caso em tela, os atestados médicos particulares não provam de forma inequívoca que a segurada está incapacitada, restando ausente os pressupostos autorizadores da concessão da tutela antecipada.

Pugna pelo emprestamento do efeito excepcional suspensivo ao presente recurso, e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Acosta documentos de fls. 20/243.

Feito o sucinto relato, decido monocraticamente.

Em juízo de admissibilidade, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525, ambos do CPC, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei.

Consta dos autos que a agravada laborava no Banco Real S/A desde 19/03/1980, exercendo a função de caixa, trabalho este que, em virtude de ser realizado com movimentos repetitivos, culminou no aparecimento de fortes dores nos ombros, cotovelos, punhos, clavícula, coluna e quadris da segurada, a qual foi diagnosticada como portadora de processo degenerativo osteoarticular e síndrome do túnel do carpo bilateral, tendo a autarquia previdenciária lhe concedido auxílio-doença acidentário, espécie 91, findo em 27/02/2009.

Ocorre que, não obstante a autarquia agravante tenha concluído pela cessação da incapacidade da obreira para o labor, cancelando assim o benefício auxílio-doença, aparentemente, verifico que a mesma não tem condições de voltar a suas atividades laborais, senão vejamos.

Inferre-se dos termos do atestado médico de fls. 57, datado de 05/03/2009, da lavra do ortopedista Dr. Francisco Limeira, CRM nº 5387, que a segurada se encontra em tratamento, com CIDs M65.8 e M75.2, em fisioterapia/hidroterapia, necessitando de afastamento do trabalho por tempo indeterminado.

Ainda segundo os termos do atestado médico de fls. 58, datado de 04/03/2009, da lavra do Dr. Fernando Pimentel, reumatologista, a obreira é portadora de síndrome do impacto bilateral, periartrite calcárea de ombros, tendinite aguda supra-espinhosa, ruptura parcial supra-espinhal a esquerda, síndrome do túnel do carpo bilateral, patologias refratárias, severas, limitantes, devendo se manter afastada de atividades laborais por tempo indeterminado.

Deste modo, ao menos nesse juízo de cognição sumária, verifico que se precipitou a autarquia agravante em cancelar o referido benefício auxílio-doença, sob o argumento de que a incapacidade para o labor da agravada havia cessado, mormente levando em consideração o teor dos atestados em epígrafe, proferidos em momento posterior ao cancelamento do benefício, demonstrando a verossimilhança das alegações da segurada quanto à sua impossibilidade de retorno ao labor.

Com efeito, embora os atestados juntados aos autos pela agravada sejam firmados por médicos particulares e estejam com confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário.

Quanto à determinação de que a agravante proceda ao depósito das parcelas atrasadas, referente ao auxílio-doença, no prazo de 5 (cinco) dias, entendo que tal resolução fere o disposto no art. 100 da CF, posto que, o pagamento de atrasados de benefícios previdenciários, que não sejam decorrentes de sentença transitada em julgado, dá-se na forma legal dos precatórios ou requisição de pequeno valor (rpv), jamais pela exigência de pagamento direto pela autarquia previdenciária.

No mais, não entendo que o prazo firmado pelo togado singular, para que o INSS proceda à reabertura do benefício em tela, seja exíguo, em virtude de seu caráter alimentar.

Dai é que, com base na análise minuciosa dos documentos acostados ao recurso ora interposto, vislumbro estarem presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora, requisitos legais elencados no art. 558, do CPC, motivo pelo qual concedo a suspensividade requerida apenas em relação à determinação do depósito imediato das parcelas atrasadas pela autarquia previdenciária, por ferir o regime do pagamento dos débitos judiciais pela Fazenda Pública.

Oficie-se o juízo de origem acerca do conteúdo da presente decisão, bem como, para que preste informações dentro do prazo legal, conforme proclama o art. 527, IV do CPC.

Intime-se a parte agravada para, querendo, responder ao presente recurso no prazo legal.

P. e I.

Recife, 9 de junho de 2009


Dr. Josué Antônio Fonseca de Sena
Des. Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

Agravo de instrumento nº 190171-3 - Comarca do Recife
Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Agravada: Mércia Maria Martins Vieira.

VOTO

Infere-se dos autos que a agravada laborava no Banco Real S/A desde 19/03/1980, exercendo a função de caixa, trabalho este que, em virtude de ser realizado com movimentos repetitivos, culminou no aparecimento de fortes dores nos ombros, cotovelos, punhos, clavícula, coluna e quadris da segurada, a qual foi diagnosticada como portadora de processo degenerativo osteoarticular e síndrome do túnel do carpo bilateral, tendo a autarquia previdenciária lhe concedido auxílio-doença acidentário, espécie 91, findo em 27/02/2009.

Ocorre que, inobstante a autarquia agravante tenha concluído pela cessação da incapacidade da obreira para o labor, cancelando assim o benefício auxílio-doença, aparentemente, verifico que a mesma não tem condições de voltar a suas atividades laborais, senão vejamos.

Infere-se dos termos do atestado médico de fls. 57, datado de 05/03/2009, da lavra do ortopedista Dr. Francisco Limeira, CRM nº 5387, que a segurada se encontra em tratamento, com CIDs M65.8 e M75.2, em fisioterapia/hidroterapia, necessitando de afastamento do trabalho por tempo indeterminado.

Ainda segundo os termos do atestado médico de fls. 58, datado de 04/03/2009, da lavra do Dr. Fernando Pimentel, reumatologista, a obreira é portadora de síndrome do impacto bilateral, periartrite calcárea de ombros, tendinite aguda supra-espinhoso, ruptura parcial supra-espinhal a esquerda, síndrome do túnel do carpo bilateral, patologias refratárias, severas, limitantes, devendo se manter afastada de atividades laborais por tempo indeterminado.

Deste modo, aparentemente, verifico que se precipitou a autarquia agravante em cancelar o referido benefício auxílio-doença, sob o argumento de que a incapacidade para o labor da agravada havia cessado, mormente levando em consideração o teor dos atestados em epígrafe, proferidos em momento posterior ao cancelamento do benefício, demonstrando a verossimilhança das alegações da segurada quanto à sua impossibilidade de retorno ao labor.

Com efeito, embora os atestados juntados aos autos pela agravada sejam firmados por médicos particulares e estejam com confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário.

Quanto à determinação de que a agravante proceda ao depósito das parcelas atrasadas, referente ao auxílio-doença, no prazo de 5 (cinco) dias, entendo que tal resolução fere o disposto no art. 100 da CF, posto que, o pagamento de atrasados de benefícios previdenciários, que não sejam decorrentes de sentença transitada em

04284
m
julgado, dá-se na forma legal dos precatórios ou requisição de pequeno valor (rpv),
jamais pela exigência de pagamento direto pela autarquia previdenciária.

No mais, não entendo que o prazo firmado pelo togado singular, para que
o INSS proceda à reabertura do benefício em tela, seja exíguo, em virtude de seu caráter
alimentar.

Pelo exposto, voto pelo provimento parcial do presente agravo de
instrumento, tão-somente para suspender a determinação do depósito imediato das
parcelas atrasadas pela autarquia previdenciária, por ferir o regime do pagamento dos
débitos judiciais pela Fazenda Pública.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator